

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MT000255/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/07/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR029054/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.139740/2023-71
DATA DO PROTOCOLO: 09/06/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DO VEST E TEXTIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ n. 07.646.886/0001-94, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). CLAUDETE BENEDITA DE AZEVEDO MORENO;

E

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DO VESTUARIO, TEXTEIS, DE FIACAO E TECELAGEM DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINVEST/MT, CNPJ n. 03.236.890/0001-23, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLAUDIO HENRIQUE MALUF VILELA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Todos os Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário**, com abrangência territorial em **MT**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2023, os pisos salariais, a serem pagos pelas empresas, mensalmente, aos empregados pertencentes a categoria profissional abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, será de:

INICIANTE NÍVEL I - R\$ 1.398,10

DEFINIÇÃO: Somente aos empregados contratados para prestar serviços de Auxiliar de Produção, auxiliar de serigrafia e auxiliar de Mesa de Acabamento sem experiência e no prazo do contrato de experiência, sendo que após a experiência serão classificados no nível II, com

exceção aos contratados para os serviços de faxina, auxiliar de cozinha, copa, Vendedor, Segurança e Office boy, que permanecerão no nível I.

AUXILIAR NÍVEL II - R\$ 1.460,92

DEFINIÇÃO: Os empregados que executam os serviços de: Recepcionista; Encarregado de acabamento; Serigrafista inicial; Cortador iniciante; Arte finalista; Costureira que opera até 02(dois) tipos de máquinas; Operador de programas de modelagem e Motorista.

PROFISSIONAL NÍVEL III – R\$ 1.559,05

DEFINIÇÃO: Empregados qualificados que executam os serviços de:

Serigrafista profissional; Balconista, Operador de máquinas de bordar; Auxiliar financeiro; Costureira que opera de 3 (três) á 4 (quatro) tipos de máquinas.

Parágrafo Único: Todos os serigrafistas deverão receber insalubridade de 20% (vinte) em cima do salário mínimo.

PROFISSIONAL NÍVEL IV – R\$ 1.683,62

DEFINIÇÃO: Empregados qualificados que executam os serviços de:

Costureira que opera mais de 4 (quatro) tipos de máquinas; Costureira líder do setor, Cortador.

PROFISSIONAL NÍVEL V – R\$ 1.888,50

DEFINIÇÃO: Encarregado de corte; Encarregado financeiro; Encarregado de serigrafia; Encarregado de costura; Encarregado de sublimação, Cortador Profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os salários acima relacionados serão corrigidos de acordo com a política salarial vigente, garantindo-se em qualquer caso, o recebimento do salário mínimo.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2023, os empregados que ganham acima dos pisos salariais, bem como os trabalhadores da área administrativas, terá um reajuste de 7% (sete por cento) de reajuste salarial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todos os reajustes efetuados pelas empresas com o título de “antecipação salarial da CCT 2022” anotado na CTPS, serão compensados com a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos empregados comprovantes/recibos de pagamento, contendo a identificação da empresa, discriminação dos valores pagos e descontos efetuados.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que efetuarem o pagamento das verbas salariais (salário, 13º salário, adiantamento, etc.), através de depósito bancário, com condições que atendem os dispositivos da Portaria 3.281/84, ficam isentas de obter assinaturas de seus empregados no respectivo recibo de pagamento, servindo como prova cabal e suficiente o comprovante de depósito bancário na conta corrente do empregado.

CLÁUSULA SEXTA - - PAGAMENTO DE SALÁRIOS COM CHEQUE

Quando o pagamento for efetuado mediante cheque, as empresas estabelecerão condições e meios para que o empregado possa descontá-lo no prazo legal estipulado para pagamento, sem que seja prejudicado em seu horário de refeição e descanso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o pagamento for efetuado em dinheiro (espécie), terá que ser pago no horário normal de trabalho.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO NATALINA POR ACIDENTE DE TRABALHO

Fica assegurado ao empregado afastado por motivo de acidente de trabalho, a complementação da gratificação natalina, enquanto estiver amparado pelo órgão previdenciário (INSS), até 180 (cento e oitenta) dias de afastamento.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA OITAVA - ANUENIO

As empresas concederão a seus EMPREGADOS a título de ANUÊNIO, 1% (um por cento) sobre o salário normativo devido a cada ano de serviço prestado ao mesmo EMPREGADOR, sendo pagos a contar do 1.º (primeiro) ano de trabalho, até o limite de 5 (cinco) anos, representando ao final o total de 5% (cinco por cento).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As Empresas que fornecem alimentação no local de trabalho, deverão descontar no máximo 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no mês , do salário normativo do Nível I.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

Será fornecido vale-transporte ou vale combustível para os(as) trabalhadores(as) que assim solicitarem, relativo ao percurso casa-trabalho/trabalho-casa, sendo que o vale combustível será pago da seguinte forma:

a) Aos(as) trabalhadores(as) que utilizarem automóveis (carro) para deslocamento para o trabalho será concedido o vale combustível no importe de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

b) Aos (as) trabalhadores(as) que utilizarem motocicletas (moto) para deslocamento para o trabalho será concedido o vale combustível no importe de R\$ 117,00 (Cento e dezessete reais),

Parágrafo Primeiro: Para obter o vale transporte ou vale combustível, o empregado deverá solicitá-lo por escrito e apresentar os seguintes documentos: a) Comprovante de Endereço; b) Comprovante de propriedade do veículo em nome do trabalhador, cônjuge ou companheira ou documento hábil comprovando a cessão de direitos sobre o veículo;

Parágrafo Segundo: O(A) trabalhador(a) terá direito ao recebimento do vale combustível em até 30(trinta) dias após a apresentação da documentação necessária ao seu empregador.

Parágrafo Terceiro: A contribuição do empregador no fornecimento do vale-transporte ou vale combustível não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do benefício para quaisquer efeitos;

Parágrafo Quarto: Fica autorizado o desconto de até 6% (seis por cento) do salário base do empregado que solicitar o vale-transporte ou combustível, para custeio do benefício, arcando a empresa com o valor que exceder o percentual citado.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTA À ESTUDANTE

Serão abonadas pelos empregadores, desde que coincidentes com o horário de trabalho, as faltas ao serviço em virtude de prestação de exame vestibular em escolas oficiais, na localidade onde o empregado prestar serviços, desde que previamente comunicados por escrito, com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência, posteriormente comprovadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas concederão aos empregados matriculados em cursos oficiais ou regularmente reconhecidos nos dias destinados as provas, o direito de se ausentar do trabalho uma hora antes do término do expediente normal, sem prejuízo na remuneração, desde que não ultrapassem as 10 (dez) horas anuais.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO DE SAÚDE

Fica facultativo que as empresas deverão contratar em favor dos seus empregados, independentemente da modalidade de contratação, desde que estes tenham mais de 60(sessenta) dias de contrato de trabalho, um plano de saúde em grupo observando as seguintes coberturas mínimas:

a) Plano de Assistência Médica com cobertura integral (ambulatorial, hospitalar e obstetrícia), e devidamente regulamentada conforme determina a Lei 9.656/98;

b) Fica estabelecido que o plano de assistência médica deverá oferecer obrigatoriamente todas as coberturas médicas previstas no item anterior, em todos Estado de Mato Grosso, devendo ainda referido plano conter além das coberturas, garantias de carências regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS, mínimas previstas, também coberturas para procedimentos decorrentes de acidentes de trabalho, sem limitação de acordo com rol mínimo de procedimentos estabelecidos na Lei n. 9.656/98 que trata esta matéria;

c) O custeio do plano de saúde descrito na alínea “a” desta cláusula, aplicar-se-á exclusivamente ao empregado, não sendo extensiva aos familiares e dependentes. Será, todavia, permitida inclusão de seus dependentes no contrato de assistência médica, com pagamento total das mensalidades às expensas dos empregados, devendo os valores correspondentes serem descontados em folha de pagamento mediante autorização prévia e formal dos empregados, nos termos do Enunciado 342 do TST.

d) Os empregados ao aderirem ao benefício deverão fazê-lo requerendo expressamente ao empregador, individualmente, através do formulário do termo de adesão ao plano de assistência médico estabelecido. Os empregadores deverão atender às solicitações formalmente apresentadas pelos empregados no sentido de contratar o benefício da forma como estabelecido no caput e alíneas anteriores, cujo início de vigência deverá ser sempre em até 60 (sessenta dias) a contar da manifestação de intenção à adesão ao contrato de assistência médica firmado e vigente entre empresa empregadora e operadora ou seguradora de assistência médica garantidora.

Parágrafo Primeiro: Os valores referentes ao auxílio assistência médica não tem natureza salarial, por não se constituir contraprestação de serviços.

Parágrafo Segundo: O contrato de Assistência Médica Integral (Ambulatorial, Hospitalar, Obstetrícia e de Acidente de Trabalho) previstos nesta cláusula assim como a operadora de saúde garantidora do respectivo plano, deverão obrigatoriamente ter registro junto à ANS, não sendo ainda aceito em hipótese alguma que a operadora de saúde garantidora do contrato de assistência médica, esteja sob intervenção e/ou direção fiscal da Agência Reguladora, ou funcionando sob efeito de liminar, fato que colocaria em risco o atendimento médico e hospitalar aos trabalhadores e dependentes.

Parágrafo Terceiro: As empresas que já possuem o plano de saúde em regras mais favoráveis ao trabalhador, inclusive referente a eventuais descontos, deverão manter as mesmas regras praticadas, e caso haja qualquer tipo de desconto, deverá ser limitado o ao disposto na alínea "a" desta cláusula.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CRECHES

As empresas se obrigam à instalação de local destinado a guarda de criança em idade de amamentação, quando existentes na empresa mais de 10 (dez) mulheres, que estejam amamentando, facultando o convênio com creches.

PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento destas condições implicará no reembolso das despesas havidas para este fim, desde que devidamente comprovadas.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONVENIOS/DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

As EMPRESAS ficam obrigadas a efetuar o desconto dos convênios encaminhados pelo sindicato laboral ou administradora de cartão convênio, na folha de pagamento do funcionário, desde que sindicalizado e autorizado pelo empregado, mediante a apresentação de formulário próprio, ficando encarregados a repassar os valores descontados à entidade de classe ou administradora de cartão convênio até o dia 10 do mês em referência. A entidade laboral ou administradora de cartão convênio se obriga a encaminhar a relação de desconto a ser efetuado na folha de pagamento dos referidos trabalhadores, observado o limite de 30% de sua remuneração, até o dia 20 do mês, devendo entregá-la na EMPRESA mediante recibo, sendo que a omissão no desconto acarretará a responsabilidade direta da EMPRESA no

adimplemento desses valores. A não observância do repasse no prazo acima indicado, acarretará a incidência de multa de 10% sobre os referidos valores.

Parágrafo Primeiro - As empresas também poderão descontar dos salários dos empregados, desde que autorizado pelos mesmos, consoante o Art. 462 da CLT, além dos descontos permitidos por lei e os dispostos no caput desta cláusula, seguro de vida, assistência médica, dentária, farmácia, supermercado, transporte, refeições, telefone, produtos subsidiados e outros benefícios concedidos, pagos integral ou parcialmente pelos empregados.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão de contrato de trabalho, eventual débito do EMPREGADO existente à época deverá ser integralmente descontado das verbas rescisórias e repassado no dia da rescisão à STIVET/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REFEITÓRIOS E VESTUÁRIOS.

A empresa que não possuir restaurante, obriga-se a manter local apropriado para refeição, com mesa, aquecedor de marmita e bebedouro, além de local para troca de roupa, observando-se a separação dos sexos.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REGISTRO REAL DE FUNÇÃO

As empresas, obrigatoriamente, farão as anotações reais da função exercida pelo empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme legislação em vigor, ficando desde já obrigado a efetuar anotações de alteração de cargo no mesmo prazo acima transcrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GARANTIA DE EMPREGO

Será concedido garantia de emprego:

a) Às empregadas gestantes, na forma da legislação vigente, aplicando-se as futuras modificações legais que porventura passem a vigorar durante o prazo de vigência da presente Convenção;

b) Aos empregados em idade de prestação de serviço militar, que venha a ser convocado desde a incorporação até 30 (trinta) dias após a baixa, ou desligamento da unidade em que servirem, obrigando-se o empregado a comunicar à empresa dentro desse prazo a data de seu desligamento;

c) Aos empregados com mais de 5 (cinco) anos de serviços ininterruptos, na mesma empresa, para os quais falte até 01 (um) ano para aquisição de aposentadoria;

d) Aos empregados com mais de 5 (cinco) anos de serviços ininterruptos, na mesma empresa, que forem acometidos de doença profissional, conforme definido pela legislação previdenciária e comprovada mediante perícia médica, desde o momento da constatação da doença profissional, até 15 (quinze) meses após a alta médica, não podendo ser concedido aviso prévio;

e) Aos empregados portadores do vírus HIV, desde que tenham condições físicas e psicológicas de trabalhar, na mesma função ou em outro setor da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO- A garantia de emprego constante das alíneas supra não se aplica aos casos de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESSARCIMENTO

Os materiais extraviados ou danificados pelos empregados, deverão ser ressarcidos à empresa no mês subsequente ao extravio e/ou danos devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

Em data previamente fixada e de comum acordo com o empregador, o empregado poderá deixar de comparecer ao trabalho por até 01 (um) dia sem prejuízo de salário, por motivo de obtenção de segunda via dos documentos extraviados, desde que faça a devida comprovação.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DEVOLUÇÃO

Em caso de desligamentos, os empregados deverão fazer a devolução dos uniformes, ferramentas, macacões, calçados, peças de Vestuário, material de segurança e instrumentos necessários a execução dos serviços cedidos pela empresa, por extinção ou rescisão dos respectivos contratos de trabalho, independentemente do tempo de serviço na empresa.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MOVIMENTO DE ADMISSÃO E DEMISSÃO

As empresas fornecerão ao STIVET/MT (Sind.dos Trab. nas Ind. do Vestuário e Têxtil do Estado do Mato Grosso), quando solicitado, a relação dos empregados admitidos e demitidos durante o mês.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Na substituição eventual, o EMPREGADO que substituir outro na sua integralidade fará jus ao salário contratual do EMPREGADO substituído, excluindo os cargos de chefia e as vantagens pessoais inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A substituição eventual não poderá perdurar por período superior a 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de considerar que o empregado foi promovido para a função respectiva, excluindo licença maternidade.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

O início das férias não poderá coincidir com os sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, exceto do pessoal sujeito ao regime de revezamento, cujo início das férias não deverá coincidir com os dias de repouso.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA ESPECIAIS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- 05 (cinco) dias consecutivos em virtude de casamento.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ASSISTENCIA MÉDICA

Aos empregados lotados em turnos de revezamento e estando realizando suas funções dentro da empresa, será assegurado atendimento médico, de enfermagem e acesso imediato em caso de emergência

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - - EPI, UNIFORMES DE TRABALHO

Todo equipamento de proteção individual (EPI), bem como os instrumentos necessários ao desenvolvimento do trabalho, serão fornecidos pela empresa, mediante recibo, de acordo com a legislação.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CIPA/COMUNICADO/CURSO

As empresas deverão comunicar ao STIVET/MT - Sindicato Laboral, até 30 (trinta) dias após a eleição, os nomes dos empregados eleitos membros da CIPA.

PARÁGRAFO ÚNICO - No decorrer da vigência da presente convenção, o Sindicato Laboral - STIVET/MT, promoverá curso de prevenção de acidentes de trabalho, nas dependências das empresas, que será previamente submetido a apreciação destas em datas a serem marcadas de comum acordo com as mesmas.

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TREINAMENTO

No primeiro dia de trabalho, os empregados contratados para as áreas de produção e manutenção, receberão treinamentos dados pela empresa, quanto ao uso do EPI (equipamento de proteção individual), quando necessário.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AUSÊNCIA DO EMPREGADO PARA LEVAR FILHO DEPENDENTE AO MÉDICO

Será concedida dispensa remunerada de até 03 (três) dias, por semestre para o empregado levar filho menor de até 06 (seis) anos de idade ao médico, devidamente comprovada, ou filho excepcional de qualquer idade, devendo apresentar nos dois dias subsequentes à ausência, o atestado médico.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TRANSPORTE ACIDENTADOS

Em caso de acidente de trabalho, fica o empregador obrigado a transportar com urgência para locais apropriados o empregado acidentado, desde que o acidente ocorra durante o trabalho ou em decorrência do mesmo.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A empresa apresentará aos empregados contratados os programas de Prevenção de Acidentes de Trabalho desenvolvidos na própria empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PREENCHIMENTO DO ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIO - AAS

As empresas deverão preencher o AAS (ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIO), quando solicitado pelo empregado, para obtenção de benefícios junto ao INSS, no prazo de 05 (cinco) dias, após a solicitação.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - VISITA DA DIRETORIA DO SINDICATO

A Diretoria do Sind. dos Trab. nas Ind. do Vestuário e Têxtil do Estado do Mato Grosso - STIVET/MT, no exercício de suas funções desejar manter contato com as empresas de sua base territorial, terão garantia de atendimento imediato pelo representante que estas designarem, desde que previamente comunicadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas concederão ao sindicato laboral, quando solicitado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, espaço físico disponível para a realização de reuniões

e palestras com os trabalhadores, até 02 (duas) vezes ao ano, com duração máxima de 1 (uma) hora para cada reunião.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE DIRETOR

A Empresa deverá liberar o empregado diretor do Sindicato laboral para participar de reuniões, curso, seminários, congressos, desde que a mesma seja comunicada, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, antes do evento, sem ônus ao trabalhador (a), liberação esta limitada a até 07 (sete) dias por ano, sem possibilidade de cumulação de períodos .

Parágrafo primeiro – As horas de permissão sindical, objeto desta cláusula, serão pagas como se o empregado estivesse à disposição da empresa, computando-se tal período como efetiva prestação de serviço para todos os efeitos legais.

Parágrafo Segundo – Poderá ser liberado 01 (um) membro da diretoria do sindicato laboral por empresa.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

A contribuição confederativa será descontada na forma prevista no inciso IV do Art. VIII da Constituição Federal, de todos os trabalhadores sindicalizados, conforme determinado em Assembleia Geral do Sindicato, devendo o referido desconto não ultrapassar de 2% (dois) por cento do salário de cada empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES .

As empresas descontarão dos trabalhadores associados, como simples intermediárias, mensalmente, a título de contribuição assistencial, importância equivalente a 1% (um por cento) do PISO SALARIAL, devendo as importâncias a serem depositadas na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência 016 - Paiaguás, conta corrente 03.2974-4, em nome do STIVET/MT, até o décimo dia do mês subsequente ao desconto realizado, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante não recebido..

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DOS EMPREGADOS

Fica acordado que as entidades convenentes, se reunirão em data “posteriori” agendada e previamente comunicada por qualquer uma das partes, para deliberar acerca de métodos para procedimento de qualificação dos empregados, com fito de atender as necessidades do mercado econômico abrangido por essa categoria.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E MULTA

Fica convencionado entre as partes que o descumprimento de qualquer cláusula contida nesta Convenção Coletiva de Trabalho, a empresa será notificada pela entidade laboral para regularização das cláusulas, não cumpridas. E se após 30 (trinta) dias do recebimento da notificação a empresa não regularizar as irregularidades apontadas, a empresa pagará uma multa equivalente ao menor piso salarial, por cláusula não cumprida, desta convenção coletiva de trabalho e cuja importância será revertida para o sindicato laboral, para custeio de atividades sociais e sindicais.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CUMPRIMENTO

As empresas comprometem-se a cumprir a presente Convenção Coletiva de Trabalho em todos os seus termos e condições, durante o prazo de sua vigência, devendo elas serem discutidas e aperfeiçoadas ao presente acordo, sempre que solicitado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FORO

As controvérsias que porventura possam advir da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão, dirimidas pela Justiça do Trabalho, como também pelo Ministério Público do

Trabalho 23º Região e sujeito a Ação Civil publica ou Vara do Trabalho de Cuiabá, estado de Mato Grosso

}

CLAUDETE BENEDITA DE AZEVEDO MORENO

Membro de Diretoria Colegiada

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DO VEST E TEXTIL DO ESTADO DE MATO GROSSO

CLAUDIO HENRIQUE MALUF VILELA

Presidente

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DO VESTUARIO, TEXTEIS, DE FIACAO E TECELAGEM DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINVEST/MT

ANEXOS
ANEXO I -

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.